

O ÍNDIO E A LAVOURA CANAVIEIRA EM MATO GROSSO DO SUL

Felipe Megeredo Correa (Mestre em História pela UFGD)

E-mail: felipe.megeredo@gmail.com

Resumo: Este texto trata da mão de obra do índio nas usinas sucroalcooleiras no estado de Mato Grosso do Sul, nas décadas de 1980 e 1990. Especialmente dos Terena, Guaraní e Kaiowá, pois estiveram presentes em quantidade expressiva nos canaviais. Estes grupos guardam peculiaridades que os tornavam visados pelas destilarias, quais sejam: experiência na agricultura e quantidade considerável disponível para o corte da cana de açúcar. Ainda, saber quais os processos sócio-históricos de redução das áreas indígenas que os concentrou em espaços ínfimos, dificultando seu modo tradicional de vivência, com isso, e somado a novas necessidades impostas pelo modo de produção capitalista, o assalariamento passou a ser almejado para amenizar as condições impostas nas reservas. Conhecer as características da força de trabalho desta população tradicional e a forma de organização quando da saída para as usinas. Por último, compreender a condição de trabalho no ambiente canavieiro, as dificuldades estabelecidas, a falta de condições mínimas de desenvolvimento da atividade canavieira de forma digna, além de acomodações inviáveis para cortadores que passavam dias, até meses nos canaviais e o consequente resultado na saúde física e psíquica dos cortadores de cana, tudo isso compõe os condicionantes da degradação no ambiente de trabalho, pelo qual passaram os índios canavieiros.

Palavras-chave: Trabalho indígena; Agroindústria; Degradação.

Introdução

Com este texto pretende-se compreender como se deu o trabalho dos indígenas nas usinas sucroalcooleiras do estado de Mato Grosso do Sul (MS), sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Naquele momento a mão de obra recrutada foi, sobretudo, a indígena. Destaque para as etnias com maior contingente de cortadores de cana: Terena, Guaraní e Kaiowá.

Este artigo é uma adaptação de parte da dissertação denominada *O trabalho indígena na Usina Passa Tempo em Rio Brilhante – MS (décadas de 1980 e 1990)*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, defendida no ano de 2015.

O levantamento bibliográfico de autores que estudam a área indígena e especificamente a inserção destes no mundo do trabalho foi essencial, além das informações extraídas de procedimentos administrativos investigatórios produzidos pelo Ministério Público do Trabalho da 24ª região, Mato Grosso do Sul, que refletem as condições do trato canavieiro no estado.

Dois são os objetivos principais. O primeiro é compreender o processo de expropriação das terras indígenas que os levaram ao trabalho canavieiro, junto disso o modelo de produção capitalista que passou a exigir novas necessidades, nesse sentido, o assalariamento nas agroindústrias¹. Além das características da mão de obra indígena, que a diferencia, por exemplo, da nordestina. O dinheiro tornou-se necessário, e o trabalho nas usinas foi o principal local de recebê-lo nas décadas de 1980 e 1990. O segundo é conhecer as condições do trabalho no ambiente canavieiro ao qual os índios estavam submetidos e a degradação em tal ambiente.

Antes, importa esclarecer que todos os verbos estão no passado, haja vista o recorte temporal, as exceções são as citações diretas que não sofreram alterações no tempo verbal.

1. Expropriação das terras e mão de obra no canavial

A mão de obra indígena, historicamente, desempenhou papel fundamental nos diversos empreendimentos comerciais, no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do

¹ Termo moderno utilizado para as usinas de cana de açúcar.

Sul) não foi diferente, desde o período de ocupação pelo não-índio, aquela realizou atividades agropecuárias, e a partir da década de 1980, deslocou para o trato canavieiro.

Com as sucessivas ondas de colonização que ocuparam as terras dos índios no MS (CRESPE, 2015), a mão de obra do destie foi direta ou indiretamente utilizada, passou a ser considerada de uso rotineiro na região, aqueles que trafegavam pela região requisitavam-na para auxiliá-los nos diversos afazeres (VASCONCELOS, 1999, p. 87).

O processo de colonização sobre as áreas indígenas deu-se de modo violento e unilateral, na medida em que foi instituído um novo território sobre outro já existente e de maior importância do ponto de vista da organização sócio-espacial.

Em outros termos, a lógica de desenvolvimento econômico regional desconsiderou a terra como ponto central da cultura material e imaterial e a tornou passível de utilidade lucrativa. A área demarcada “inviabiliza a realização das festas e demais iniciativas coletivas e, acima de tudo, aumenta a dependência e as possibilidades de acesso ao que vem “*de fora*”, em total detrimento ao que vem “*de dentro*” das Reservas” (BRAND, 1997, p. 263, grifo do autor).

Com o processo de perda de áreas, concentração em espaços insuficientes e trabalho fora da economia doméstica, houve sérios impactos nos grupos indígenas. Seu modo tradicional de vivência foi progressivamente mudado e/ ou ressignificado.

A lavoura canavieira invadiu as terras indígenas. Por conta do aumento do consumo do etanol² e consequente expansão das usinas, a força de trabalho visada para executar atividades nas usinas de cana foi a indígena. Lembramos que eles já haviam acumulado enorme experiência no trato da terra. Na mesma proporção passaram a depender cada vez mais dos serviços externos.

Além de experiência na agricultura, havia mais dois fatores de “preferência” pelo cortador de cana Guarani, Kaiowá e Terena: proximidade das reservas com os canaviais e abundância de mão de obra (consequente barateamento).

A quantidade de índios exercendo alguma atividade nas usinas (sobretudo o corte da cana) cresceu, e no ano de 1994, 70% deles compunham este setor³.

O principal motivo da *changa*⁴ era o atendimento a necessidades

² Considerado um combustível ecologicamente limpo, portanto, causador de menos impacto ao meio ambiente se comparado a gasolina, ou outros combustíveis fósseis.

³ Ministério Público do Trabalho [MPT], Inquérito Civil Público [ICP] n° 001/ 1994, *Índios são 70% nas usinas de álcool*, p. 36.

⁴ Diz-se do trabalho fora da economia doméstica, para o não-índio.

fundamentais, secundariamente, relacionado ao contato com o entorno, como a aquisição de aparelhos eletrônicos, roupas, bicicletas, cavalos, carroças e outros.

Através do relato de um trabalhador Terena, é possível compreender as circunstâncias da saída para as usinas: “naquela época a gente passava necessidade mesmo, a gente não tinha nada, mamãe era doente, papai não ‘tava’ nem aí pra gente, passava fome mesmo! Aí quando surgiu esse negócio de usina não pensamos duas vezes” (SALVADOR, 2012, p. 73-74).

Grande parte das unidades sucroalcooleiras, nas décadas de 80 e 90 estavam localizadas na região leste e centro-sul do estado. Justamente nestas áreas encontravam-se a maior parte da população Guarani e Kaiowá e em menor quantidade, Terena.

O momento de intensificação da implantação das unidades sucroalcooleiras no estado coincide com as dificuldades de subsistência dos grupos indígenas dentro de suas terras e tradições.

O grau de dependência da função de cortador de cana foi tamanho que em determinado momento era o único local onde o serviço remunerado foi exercido, e isso, vale frisar, pela privação de meios essenciais de sobrevivência que se encontravam nas aldeias, impossibilitando-os de meios para sobreviverem plenamente somente no seu interior. “Fome, superlotação e tuberculose são os principais problemas dos índios, distribuídos nas aldeias de Mato Grosso do Sul”⁵. Esta condição propiciou a disponibilidade de altos contingentes e o consequente poder de redução dos salários pagos, além da coerção da mão de obra ao trabalho árduo.

O chefe do posto indígena⁶ em Ipegue, município de Aquidauana–MS, esclarece o seguinte: “desde que as destilarias concluíram que a mão de obra indígena é mais bem qualificada que a do branco, passaram a contratá-los”⁷. Mas, mais bem qualificada não quer dizer valorizada como tal. Disse acreditar “que os índios passaram a trabalhar nas destilarias, porque acabaram ficando em espaço insuficiente para prosseguir com sua cultura, tradição e cultivo da própria terra”⁸. Aqui fica explícito a ligação entre o processo de expropriação das áreas tradicionais e o serviço nos canaviais.

Na relação entre índios e usinas de cana, tem-se de um lado certeza de alta lucratividade, além da aproximação geográfica das reservas (em comparação aos

⁵ MPT, ICP nº 001/1994, *Índios se tornam mão de obra barata*, p. 37.

⁶ Os postos indígenas vieram com a demarcação das reservas, no sentido de controlá-las. Política indigenista dentro da área indígena.

⁷ MPT, ICP, *Termo de depoimento*, p. 212.

⁸ *Ibidem*.

trabalhadores vindos do Nordeste) e mão de obra com histórica experiência na agricultura; de outro, atendimento das necessidades imediatas, oportunidade de serviço temporário e acesso a objetos do mercado (SALVADOR, 2012, p. 21).

Diante da breve discussão sobre o processo que levou os índios a viverem em espaços ínfimos e insuficientes para sua subsistência, na próxima parte será descrito algumas características da mão de obra indígena.

2. Índios: mão de obra

Apesar da marcha aculturativa, as peculiaridades dos povos indígenas fazem-se presente na ressignificação de determinadas características e objetos que passaram a fazer parte de seu cotidiano. A compreensão desse fator coloca o índio como sujeito de si e defensor de seu modo de ser.

O pertencimento étnico a um determinado grupo é elemento essencial para entender o tipo de serviço realizado e a inserção nas relações de trabalho nas agroindústrias:

As especificidades podem ser observadas na necessidade de ter alguém do grupo para disciplinar o trabalho a partir de um determinado momento, como o surgimento do “cabeçante” nas usinas; a transposição do trabalho da esfera doméstica para além das fronteiras territoriais; a relação temporária, por prazos determinados, por exemplo, diferente da relação contínua com os migrantes nordestinos; a localização das reservas indígenas que permite toda uma logística sempre em benefício das unidades agroindustriais (Ibidem, p. 8-9).

Os aspectos elencados são peculiaridades dos índios que trabalhavam fora das reservas, especialmente nas usinas de cana de açúcar. Quando iam em direção as unidades sucroalcooleiras, saíam em grupos, formavam as turmas, com cerca de 45 a 50 pessoas cada grupo, chefiadas cada uma por um *cabeçante*⁹, para trabalhar de 60 à 90 dias.

E o fato do setor alcooleiro exigir quantidade expressiva de mão de obra para todas as atividades que envolviam a área agrícola, pode elucidar o contingente de 10 a 15 mil indígenas que trabalhavam para fazendeiros e usineiros em todo o estado no ano

⁹ Considerado o responsável pelo recrutamento dos índios para a formação das turmas que saíam para trabalhar. Cabeçante por que recebia porcentagem por “cada cabeça”, ou seja, por cada trabalhador.

de 1993¹⁰, inclusive do grupo kaingang do estado do Paraná¹¹, trazidos para os canaviais de MS, possivelmente pela cobiça por essa força de trabalho específica.

O longo período de ausência das aldeias trouxe consequências impactantes culturalmente.

A contratação era feita da seguinte forma: um empregado da destilaria vai até a aldeia, contata o capitão a fim de formar as turmas. Formadas, cada uma tem um responsável (*cabeçante*), o chefe do posto é procurado para formalizar o contrato e é pago o adiantado (valor que normalmente ficava com a família do obreiro).

Basicamente, desenhava-se assim a saída em direção às usinas. Além dos serviços na lavoura, havia outros trabalhadores que acompanhavam e auxiliavam: cozinheiro, ajudante e zelador. A ausência de homens durante a vigência dos contratos nas reservas era enorme. As longas distâncias das usinas e o deslocamento por determinado tempo para locais desconhecidos, causava certa fragilidade emocional diante do novo.

A principal liderança dentro das aldeias quando da contratação pelas destilarias eram os caciques¹², eles que indicavam quem seriam os chefes de turmas (*cabeçantes*), as indicações estavam pautadas pela proximidade familiar (normalmente um parente) ou afinidades políticas, o bom relacionamento com os fiscais das empresas também contava no momento da escolha. No entanto, como a atividade agrícola fora dos aldeamentos era exercida há décadas, havia a possibilidade de um dentre os cortadores ser escolhido um para chefiar (este normalmente uma pessoa com alguma legitimidade por parte dos demais). A elevação à função de *cabeçante* era considerada uma ascensão funcional pelo cortador de cana. Vistos pelas empresas como coordenadores das turmas e bem quistos aqueles que conseguiam *dar conta do serviço* exigido no dia, ou durante o contrato.

Antes dos chefes de turmas indígenas, havia entre as usinas e índios a figura do empreiteiro, indivíduo não-índio cuja motivação para suas atividades se concentrava nos ganhos adicionais, visto pelas comunidades como *de fora*, representação do patrão, estranho ao grupo. Quando conheceram o trabalho indígena, as usinas passaram a negociar diretamente com eles, “sem que se dispensasse a figura de um líder para a

¹⁰ MPT, ICP nº 001/1994, *Sindicato dos trabalhadores rurais de Rio Brilhante*, p. 70.

¹¹ Idem, *Condições são precárias*, p. 140.

¹² Atualmente chamado de capitão.

equipe de trabalho. Na relação entre índios e usinas desaparece a figura do empreiteiro e surge a figura do ‘*cabeçante*’” (SALVADOR, 2012, p. 68).

Aos *cabeçantes* encaminhava-se todos os holerites, recebiam de duas a três vezes a mais que os outros pela função, além de uma antecipação de 50% do salário do mês, meio salário mínimo¹³. Tal figura seria mais interessante às empresas que aos trabalhadores, pois a ele era transferida parcela de suas responsabilidades (que, frequentemente, respondiam de maneira autoritária às exigências que lhes chegavam). Visto de forma dual, ou seja, poderia ser espécie de liderança nas aldeias e coercitivo no ambiente canavieiro.

Até os dias atuais os *cabeçantes* são importantes para o índio conseguir serviço: em alguns acampamentos indígenas, localizados nas margens das rodovias, por exemplo, os homens tem mais dificuldade de contata-los. O não acesso ao trabalho torna a situação em muitas áreas ainda mais precária (CRESPE, 2015, p. 245). Isto é, os índios que vivem fora das reservas têm mais dificuldade de conseguir serviço pela falta do intermediador. Desse modo, é interessante ressaltar que a mão de obra indígena no MS era organizada, cada turma tinha um chefe que assumia parte das obrigações da agroindústria contratante.

Assim como os chefes de turmas, os *caciques* recebiam porcentagem pela saída dos trabalhadores, por volta de 20% sobre o total dos adiantamentos pagos no ato de assinatura dos contratos (BRAND, 1997, p. 236). Em tempos recentes, os *capitães* vêm assumindo cada vez mais o papel de *cabeçantes*.

O adiantado que todos recebiam na saída era deixado com os familiares que permaneciam. Constituíam-se numa parte do salário, por volta de 20% do valor total (baseado nos ganhos dos trabalhadores da safra anterior). Após o término do contrato, de volta as aldeias, percebiam a outra parte do pecúlio.

Os documentos dos trabalhadores eram retidos pelos chefes de turmas quando pagavam o valor antecipado, a fim de evitar a fuga de quem estava com o dinheiro em mãos, e era entregue somente no local de trabalho (Ibidem, p. 221).

Outro ponto interessante sobre o pagamento adiantado é que:

Caso o trabalhador, com o adiantamento em mãos, não se destinasse à usina – golpe conhecido como “*nó*” ou “*cano*” – isso implicava na desvalorização moral diante do seu empregador, do cabeçante e diante de seus colegas de turma, fato extremamente ruim para quem

¹³ MPT, ICP nº 001/1994, *Termo de depoimento*, p. 173.

frequentemente necessitava dos trabalhos esporádicos das usinas (SALVADOR, 2012, p. 72).

Igualmente, o adiantamento pode ser entendido de duas formas. Ou como método de manter o trabalhador preso ao contrato e devedor de serviço antes mesmo de chegar ao local de trabalho, ou um incentivo financeiro aos obreiros. A retenção dos documentos pessoais para evitar a evasão do indígena, pode sinalizar que os serviços nos canaviais não eram bem vindos, em contra partida, o dinheiro adiantado sim. O ganho antecipado trazia certa expectativa àquele que saía em contrato e a seus dependentes.

No próximo tópico será descrito como se dava o trabalho em si e o tratamento dispensado no ambiente usineiro.

3. Trabalho degradante no interior das usinas

Na canavicultura, as horas extenuantes de trabalho diárias, alimentação deficiente e insuficiente, desrespeito ou ausência das leis trabalhistas e folgas garantidas, precário ambiente de acomodação e higienização, falta de segurança física e psicológica do trabalhador e o não pagamento dos salários (ou quando pagos, baixíssimos, além dos descontos maliciosamente efetuados), e a intermediação de indivíduos e empresa principal (terceirização da mão de obra, comprovadamente elemento de precarização), podem ser entendidos como elementos degradantes.

No campo, os cortadores recebiam conforme o metro cortado por dia, e o valor podia variar. A variação estava relacionada ao tipo e local de corte da cana. As gramíneas que estivessem próximas as estradas tinham um valor, no meio do canavial, outro, se “em pé” (plantas mais eretas) ou “deitada”, também variava. Os esforços exigidos para cortá-las eram igualmente diferenciados. Se o corte estivesse rendendo, o preço pago pela tonelada cortada diminuía¹⁴.

A quantia produzida diariamente dava-se pela aferição da cana cortada, realizada pelo fiscal de campo sozinho, com um compasso de madeira de 2 metros. Os trabalhadores afirmavam que não estava sendo entregue o comprovante de produção diária, sem ele seria impossível comparar a produção e os ganhos baseados nela¹⁵.

O controle da produção individual tornava-se difícil, senão inviável. O

¹⁴ MPT, ICP 001/1994, *Relatório síntese de inspeção*, p. 570.

¹⁵ *Ibidem*, *Relatório de visitas às destilarias de Mato Grosso do Sul*, p. 62.

recebimento do pagamento dava-se na aldeia de origem, após o término do contrato. Havia todos os descontos: desde o adiantado, até compras em mercadinhos dentro ou próximos às destilarias (que normalmente eram controlados por recrutadores ou algum funcionário), além das garrafas térmicas, ferramentas de trabalho, dentre outros (que seguiam sob a descrição “almoxarifado”, em alguns holerites), e mais a taxa da FUNAI e do capitão.

Em época de chuva, quando o trabalho era interrompido, pois a lama não permitia o deslocamento dos cortadores e o corte tornava-se impraticável, a empresa não pagava os dias parados, sob o argumento de que os ganhos baseavam-se na produção.

O esforço realizado decorria da combinação da quantia cortada com o recebimento. Com isso, aumentava a força física para compensar os dias não pagos. Além disso:

Condições alimentares insuficientes – causadas pelos baixos salários, do calor excessivo, do elevado consumo de energia, em virtude de ser um trabalho extremamente extenuante, a imposição da média, ou seja, da quantidade diária de cana cortada, cada vez mais crescente, tem sido o definidor do aumento da produtividade do trabalho [...]. Esta imposição atinge não somente os migrantes como também os trabalhadores locais. Por esta razão, estes capitais necessitam de mão-de-obra jovem, dotada de muita energia física, para o desempenho desta atividade. Assim, a rotatividade tornava-se muito alta, em virtude da reposição constante da força de trabalho, consumida durante o processo produtivo (SILVA, 2005, p. 40-41).

Para os obreiros da área rural não havia interrupção para o almoço, este era feito no próprio local de trabalho¹⁶, possivelmente porque o deslocamento até os refeitórios era entendido como perda de tempo, para quem tinha seus ganhos baseados na produção. O tempo das refeições dava-se numa média de 50 minutos à uma hora. A alimentação era fria e insuficiente, composta de arroz, feijão e macarrão, às vezes carne bovina (repetida dia após dia)¹⁷.

O trabalho era penoso, porque muito pesado e realizado sob o sol quente, para conseguirem permanecer até o fim da jornada, os trabalhadores solicitaram que fosse concedido um lanche por volta das 14 horas, o que não foi atendido¹⁸. A proibição da

¹⁶ MPT, ICP 001/ 1994, *Relatório final de visita*, p. 29.

¹⁷ Idem. *Termo de depoimento*, p. 299.

¹⁸ Idem, Representação nº 88/2007, *Relatório de inspeção*, p. 38.

parada para tomar a bebida conhecida como *tereré*¹⁹ (duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde) também causou insatisfação dos índios. O café da manhã “era só um chá [...] caso o trabalhador se recusasse a trabalhar às 12 horas diárias, teria cortadas as refeições e não teria acesso ao alojamento”²⁰

O corte da cana de açúcar consistia em envolver com um dos braços um feixe de cana, abaixar o tronco lateralmente e golpear com o podão a base dos colmos o mais rente ao solo possível para facilitar a rebrota (esta atividade exige total curvatura do corpo). Depois de cortados os feixes de cana, o trabalhador, com o auxílio do podão, ajeita os colmos e os levanta do solo, gira o corpo, curva-se e os deposita nas leiras (montes). “Para cortar 10 toneladas de cana, o trabalhador desfere quase 10 mil golpes” (SILVA, 2006, p. 13). Esses movimentos, ao serem repetidos ao longo de toda a jornada de trabalho tornavam-se automatizados e causavam sérios problemas de saúde.

Dentre as atividades, havia também os “formigueiros” e os “arranca colonião”, os primeiros responsáveis pela eliminação de formigueiros (incidência frequente por conta do açúcar da cana) e os segundos em arrancar o mato que crescia entre a cana.

A intensa produtividade marcava as condições de trabalho, exigia-se cada vez mais: “no que tange à colheita da cana, durante a década de 1980, a *média* exigida era em torno de cinco a seis toneladas diárias; estes números passam para 10, durante os anos de 1990” (SILVA, 2005, p. 46, grifo do autor). A intensificação também estava no aumento das horas trabalhadas.

Sobre os critérios de aferição do montante de cana cortado, antes do corte um técnico recolhia amostras de cana e as pesava, daí saíam os valores correspondentes, mas apesar disso as canas não possuíam o mesmo peso e nem encontravam-se da mesma forma no terreno e no momento do corte, conforme descrito anteriormente, dificuldades exigidas no corte da cana não eram consideradas (SILVA, 2006, p. 13).

No plantio a energia despendida era grande:

Esta tarefa combina o emprego de força de trabalho e meios mecânicos. Após o corte das mudas, as mesmas são transportadas aos locais de plantio em caminhões. Em cima da carga de cana, que chega a atingir a altura de 3 metros, ficam os trabalhadores que vão lançando as mudas nos sulcos, já abertos para o plantio. Esta tarefa se combina àquela de outros trabalhadores que, agachados ou ajoelhados, vão colocando e cortando as mudas nos sulcos. Estes últimos são

¹⁹ Tereré é uma bebida de origem guarani, típica da região sul da América, feita com a infusão da erva-mate em água fria. Muita consumida em Mato Grosso do Sul.

²⁰ MPT, ICP 002/ 1994, *Depoimento de João Sabino da Silva*, p. 309.

obrigados a desempenhar a tarefa no ritmo do caminhão e também do trator, que vem em seguida tapando os sulcos com terra. [...] Segundo relato de sindicalistas, os trabalhadores não descansam e não tem tempo sequer para suas necessidades fisiológicas (Ibidem, p.15).

Todo esse processo era extremamente árduo. Junte-se ainda três fatores que potencializavam a perda de saúde do cortador de cana: a pobreza, saúde debilitada ou subnutrição, antes da chegada e pós-canavial. No final dos contratos ou da jornada diária, havia sérios impactos à saúde. Alguns patrões alegavam que os índios chegavam doentes das reservas e as usinas ofereciam todo o atendimento necessário²¹, alegação inverídica.

Como os canavieiros eram trabalhadores temporários, não recebiam abonos salariais e dependiam financeiramente de parentes, vizinhos ou auxílios do governo quando encontravam-se sem serviço.

Os índios ficavam em instalações separadas dos obreiros nordestinos. Tanto funcionários das usinas quanto cabeçantes e chefes de posto alegavam que a separação era para manter seus costumes, pois possuíam especificidades étnicas.

Os alojamentos deles eram:

Péssimos, pequenos, pouca ventilação, construção inadequada, camas próximas uma da outra, beliche em que a cama de cima fica a um metro do telhado, sujos, chuveiros de água fria, ou melhor, os próprios canos de água, colchões finos, despedaçados e velhos, colocados sobre estrado de ripa. Calor excessivo [e frio intenso]²².

Os abrigos constituíam-se de pedaços de lona preta com paus cruzados e amarrados, sem armários para guardar pertences, espaço insuficiente de locomoção e inexistência das mínimas condições de acomodação. Certamente a chuva, o calor e o frio causavam incomodo a mais nestas instalações. Além de não existir proteção contra animais peçonhentos que habitavam os canaviais (cobras, escorpiões, aranhas, abelhas e ratos). O matagal e o rio serviam de locais para a higiene pessoal, vide que doenças causadas por microrganismos eram rotineiras. Tais problemas tornaram-se relevantes na medida em que todas as usinas de álcool de MS havia indígenas exercendo alguma atividade²³.

²¹ MPT, ICP n. 001/ 1994, *Termo de depoimento*, p. 510.

²² Ibidem, p. 299.

²³ Idem, Relatório câmara dos deputados, p. 12.

Considerações finais

A redução dos territórios tradicionais levados adiante tanto pelos diversos empreendimentos particulares quanto pelas políticas públicas de concentração territorial no Mato Grosso do Sul, tornou o modo tradicional de vivência dos indígenas prejudicado, levando-os a necessitar cada vez mais do modo de produção capitalista e todas os impactos que tal fenômeno causou nas reservas.

No período analisado, o trabalho canavieiro exercido pelos índios foi de extrema coerção, e trouxeram consequências negativas diretas dentro das reservas. Formou-se um círculo que começou com a necessidade da *changa* pela falta de perspectivas dentro de pequenas áreas delimitadas, e terminava no retorno do obreiro às suas casas, até a saída em novo contrato. O processo histórico-social de demarcação em porções de terras insuficientes para continuar com o modo de vida tradicional levou-os ao assalariamento compulsório nas destilarias.

A mão de obra indígena tem sido largamente utilizada, no entanto, não há sua devida valorização e reconhecimento. Pelo contrário, pesados preconceitos, geradores de estigmas recaem sobre os índios: preguiçosos e/ ou pouco afeitos ao trabalho. Nesse sentido, já de início é possível afirmar que, contrariamente ao senso comum, eles não são preguiçosos, exerceram e exercem atividades consideradas árduas ou desprezadas como trabalho digno.

Neste início do século XXI, o trabalho degradante ainda faz parte do cotidiano de milhões de pessoas em todo o mundo.

No caso dos indígenas, a pobreza no interior das reservas e a falta de perspectivas estão estritamente atreladas à demarcação e ampliação de suas terras, sem esta a sociabilidade indígena fica prejudicada e o bem material e imaterial são tolhidos, consequentemente, o grupo enquanto tal fica ameaçado.

Como não há espaço suficiente para plantar e colher, a *changa* torna-se a única opção. Estímulos governamentais de autossuficiência, como fornecimento de instrumentos de trabalho, ou seguros contra intempéries naturais, seria outra medida válida, além, é claro, de cumprimento da lei federal que garante a demarcação de terra. Campanhas de conscientização no sentido de acabar com a estigmatização do índio também são importantes.

Referências bibliográficas

BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica/ PUC, Rio Grande do Sul.

CRESPE, Aline Castilho. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*. 2015. 422 f. Tese (Doutorado em História) – FCH/ UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. *Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A face oculta do trabalho: migrantes nas usinas canavieiras de São Paulo. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 10, n. 17, 2005, p. 31-54.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. *Revista Abra*, v. 33, n. 2, ago./dez., 2006, p. 11-143.

VASCONCELOS, Cláudio A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

Fonte

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 001/ 1994*. Mato Grosso do Sul, 1994, 1539 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande – MS.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. *Inquérito Civil Público nº 002/ 1994. Depoimento de João Sabino da Silva*. Mato Grosso do Sul, 1994, 622 p. Disponível na 24ª Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande – MS.